



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 2

“EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES

MR2.1. Economia Solidária, Universidade e Comunidade

EMENTA

Contribuir para as discussões do Eixo: Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. A Economia Solidária mais do que nunca se apresenta como uma alternativa de transformação social e de desenvolvimento econômico, local, regional e territorial. Visa a organização de pessoas para a geração de trabalho, renda e bem viver. Seu avanço depende, entre outros fatores, da construção e efetivação de políticas públicas e da participação crescente das universidades e comunidades. O debate e a troca de experiências propostas por esta mesa visa a integração latino-americana em torno destes objetivos comuns.

Coordenador: Alnary Nunes Rocha Filho – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Alexandre Cunha Gonçalves: Incubadora de Empreendimentos Sociais da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Inácio Gaiger: Universidade do Vale dos Jesuítas do Rio Grande do Sul – (UNISINOS – BRASIL)

Daniel Maidana: Centro de Servicios a La Comunidad - Universidad Nacional de General Sarmiento – (UNGS - ARGENTINA)

Magdalena León T.: Fundación de Estudios, Acción y Participación Social – (FEDAEPS – ECUADOR)

RESUMOS APROVADOS

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS INCUBADORAS POPULARES: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol-UEPG. (autor(es/as): **ALNARY NUNES ROCHA FILHO**)

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): Sua possível interface com a Economia Solidária e como uma Ferramenta para o Desenvolvimento Local no Prê Assentamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa-PR (autore(es/as): **Carla Caroline Correia**)

Da Crítica para às Ideias e das ideias à prática: a experiência formativa do programa de honra em economia solidária, meio ambiente e desenvolvimento de base local da UFPR. (autor(es/as): **Christian Henríquez Zuñiga**)

Projeto Bem da Terra: Limites e Possibilidades (autor(es/as): **Cristine Krüger Garcias**)

A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA EXTENSÃO EM PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DA UNICENTRO – IRATI – PARANÁ (autor(es/as): **Elmarilene Walk**)

O PROTAGONISMO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO ITAJÁI – RESVI (autor(es/as): **Fabricio Gustavo Gesser Cardoso**)

Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular como estratégia para emancipação humana e geração de trabalho e renda (autor(es/as): **Francisco Antonio Maciel Novaes**)

ASPECTOS DA SEGURANÇA NO TRABALHO E OS CUIDADOS PREVENTIVOS COM A SAÚDE NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “PIRAÍ LIMPO” (ASCAMP) (autor(es/as): **Jaqueline Sartori**)

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORTALECEDORA DO ENFRENTAMENTO AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL (autor(es/as): **Lorena Dantas Abrami**)

INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE (autor(es/as): **Nara Grivot Cabral**)

UMA INTEGRAÇÃO COMUNIDADE-UNIVERSIDADE NA PERSPECTIVA PARA A CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA (autor(es/as): **Renata Cristina Geromel Meneghetti**)

O NOVO NASCE DO VELHO: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA (autor(es/a): **Sabrina Gabrielle Sawczyn**)

MR2.2. Educação Superior e Inclusão Social: experiências e percepções

EMENTA

Considerando o importante papel da educação na promoção e consolidação da cidadania, diversos setores sociais tem se dedicado à luta pela ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo, no interior da Universidade intensificou-se o debate sobre alternativas para superar a alta seletividade social que o modelo de ensino superior adotado pelo estado pode produzir, bem como sobre mecanismos que possam ampliar o acesso e a permanência de estudantes oriundos de classes sociais de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, alguns governos nacionais, frente à necessidade de dar respostas a estes movimentos, tem formulado e implantado políticas públicas com vistas a ampliar a oferta de vagas no ensino superior; a democratização do acesso, com adoção de mecanismos como cotas sociais e étnicas; e a permanência, com a criação de bolsas de estudo para estudantes com vulnerabilidade social. Desse modo, a mesa pretende ser um espaço para a comunidade discutir o tema da inclusão social no ensino superior, no âmbito da América Latina, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento de mecanismos que levem à superação e reversão do atual quadro de desigualdade, fragmentação e exclusão social.

Coordenador: João Alfredo Braidá – Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS - BRASIL)

Jaime Giolo: Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS - BRASIL)

Aloizio Mercadante Oliva: Ministro da Educação do Brasil – (MEC – BRASIL)

Ingrid Severdlick: Universidade Pedagógica - (ARGENTINA)

Armando Alcântara Santuário: Universidad Nacional Autónoma de México – (UNAM - MÉXICO)

RESUMOS APROVADOS

Educação e mundo do trabalho em sociedades em transição (autor(es/as): **fernando Pedrão**)

Educação escolar para o desenvolvimento dos povos indígenas do Brasil: múltiplas faces (autor(es/as): **Francine Rocha**)

DOCÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO OESTE BRASILEIRO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ANDAMENTO (autor(es/as): **José Alessandro Cândido da Silva**)

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES (autor(es/as): **Maria José da Silva**)

ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR, DO QUE ESTAMOS FALANDO? RELATOS DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ACADÊMICOS INDÍGENAS (autor(es/as): **MARIANE DEL CARMEN DA COSTA DIAZ**)

NÚCLEO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS DA UFPEL - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL NA FRONTEIRA - BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): **MAURÍCIO PINTO DA SILVA**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

A Inclusão Laboral: Programa Promotor (autor(es/as): PRISCILA GADEALORENZ)

Expansão do ensino superior no Brasil – democratização do acesso e redução da iniquidade – Abordagem empírica utilizando dados do Censo da Educação superior e PNAD 2009 (autor(es/as): Rogerio Allon Duenhas)

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE – UNATI NA UNIOESTE: INTEGRANDO SABERES E PROMOVENDO A CIDADANIA DO IDOSO (autor(es/as): ROSELI ODORIZZI).

2.4. Educação na América Latina

Considerando as mudanças ocorridas no campo político e econômico, no que se refere ao papel do Estado e sua função no campo das políticas sociais, a mesa propõe ser um espaço para difusão e discussão de políticas educacionais implementadas em diferentes países da América Latina. Os objetivos são facilitar a troca de experiências entre pesquisadores e instituições, refletir sobre os rumos da educação nos países da região, além de promover um processo de integração regional

RESUMOS APROVADOS:

LUDOSOFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (autor(es/as): **Alegria Baía Evelin Soria**)

CONVERGÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO LATINO-AMERICANO QUE APONTAM PARA A EDUCAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO (autor(es/as): **Allene Carvalho Lage**)

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) E O NÚCLEO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA (NAP) CONTRIBUINDO PARA FORMAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES): UMA NOVA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (autor(es/as): **Carlos Alberto Malveira Diniz**)

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO MATEUS: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL-PR, NO PERÍODO 2004-2009 (autor(es/as): **Cláudia Regina Pacheco Portes**)

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: ANÁLISE COMPARADA DA ESTRUTURA DOS CURSOS E EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DA UFPR E DA UDELAR. (autor(es/as): **Ellen da Silva**)

A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (autor(es/as): **FABRÍCIO CORDOVIL TEIXEIRA DE OLIVEIRA**)

CURRÍCULO POR COMPETÊNCIA E DISCURSOS HEGEMÔNICOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE A GEOGRAFIA ESCOLAR (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FORMAL COMO ELEMENTO RECONHECEDOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

O DISCURSO FREIREANO E A POLÍTICA SOCIAL (autor(es/as): **GLEYDS SILVA DOMINGUES**)

A educação escolar indígena e a educação intercultural (autor(es/as): **Jasom de Oliveira**)

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELÉM DO PARÁ (autor(es/as): **Juliana Cordeiro Modesto**)

Formando uma consciência integracionista (autor(es/as): **Karina Fernandes de Oliveira**)

SOMOS TIERRA: FORMACIÓN Y EXPERIENCIAS EN EL MOVIMIENTO CAMPESINO DE CÓRDOBA – ARGENTINA (autor(es/as): **Karina Scaramboni**)

A gestão escolar participativa e seus desafios (autor(es/as): **Maria Inês Vidal**)

A política da Educação do Campo e a Emancipação Humana (autor(es/as): **Maria Inês Vidal, Luis Alexandre Gonçalves Cunha**)

A FORMAÇÃO DOCENTE EM JOGO: O OLHAR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFAC (autor(es/as): Pierre André Garcia Pires)

Percepção e apreciação de leituras em contextos escolares e culturais: formação em leitura em uma escola municipal de Foz do Iguaçu (autor(es/as): Regina Coeli Machado e Silva)

INVESTIGAÇÃO COMPARADA ACERCA DE REPRESENTAÇÕES DE AUTORIDADE POR JOVENS ARGENTINOS E BRASILEIROS (autor(es/as): Rosane Castilho)

CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINOAMERICANO EM UM MUNDO GLOBALIZADO: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS MÚLTIPLAS FACES (autor(es/as): Silvio Carlos dos Santos).

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (autor(es/as): Sorinéia Goede).

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES (autor(es/as): Tarcio Leal Pereira).

ELEMENTOS DE VIDEOGAMES COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZADO (autor(es/as): Thais Weiller).

EDUCAÇÃO TRADICIONAL GUARANI & EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES ENTRE VIVÊNCIAS CULTURAIS E CONCEITOS TEÓRICOS (autor(es/as): Wanirley Pedrosa Guelfi).

O LUGAR DO CONHECIMENTO NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA (autor(es/as): Camila Itikawa Gimenes).

A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (autor(es/as): Adriana Márcia Prado de Araújo et alii).

PIBID: UM PROGRAMA QUE FORTALECE O EIXO EDUCACIONAL PARA A RETOMADA DA LICENCIATURA NO ÂMBITO TERRITORIAL BRASILEIRO (autor(es/as): Patrícia Santos Fonseca et alii).

AValiação em larga escala: uma iniciativa da política educacional centralizadora (autor(es/as): Rivanda dos Santos Nogueira et alii).

NÃO ALFABETIZADOS LENDO: AS PARTES DO LIVRO NA EDUCAÇÃO QUE FOMENTA A LEITURA E GARIMPAM LEITORES. (autor(es/as): Cláudio Renato Moraes da Silva).

BULLYING: PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA (autor(es/as): Domiciane Araújo Azevedo).

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

2.5. Trabalhadores(as) da Educação no Mercosul: impasses e desafios

RESUMOS APROVADOS

EMENTA

AAPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná visa promover um diálogo entre dirigentes sindicais do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, sobre a Educação Pública no Mercosul, ressaltando os desafios para os/as Trabalhadores/as em Educação. AAPP-Sindicato entende que esta é uma integração necessária e urgente, que vem unificar a discussão sobre as condições de trabalho e valorização dos/as trabalhadores/as em Educação e dar maior organicidade à luta dos movimentos sociais latino americanos, em prol de uma Educação pública de qualidade, laica e gratuita, para todos e todas.

Coordenadora: Fabiana Tomé e Walkiria Mazeto - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP - BRASIL)

Fátima Aparecida da Silva: Secretária Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – (CNTE - BRASIL)

Arturo Musial: Secretario General de Union de Docentes de la Provincia de Misiones –(UDPM - ARGENTINA)

Gustavo Macedo: Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria - (URUGUAY)

Luis Alberto Riart Montaner: Ex Ministro da Educação do Paraguai e professor da Universidad Nacional de San Martín e Universidad Pedagógica de Buenos Aires – (UNSAM/UPBA - PARAGUAY)

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO NO NRE DE APUCARANA (autor(es/as): **Afife Maria dos Santos Mendes Fontanini**)

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO PARANÁ (autor(es/as): **Mariana Bettega Braunert e Everson Araujo Nauroski**)

Mestres em greve? Gênero, representações e memórias das mobilizações de professoras/es de 1968 no Paraná. (autor(es/as): **Melissa Colbert Bello**)

2.6. Teorias Críticas na América Latina

A presente mesa redonda é resultado das pesquisas do Núcleo de Estudos Filosóficos - NEFIL, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR, voltado para os estudos latino-americanos dedicados à filosofia da América Latina e suas grandes tendências atuais no âmbito da crítica epistemológica, destacando-se alguns dos principais autores do debate contemporâneo no continente, notadamente Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Mignolo, Atilio Borón e Franz Hinkelammert, até chegar a uma aproximação às propostas interculturais assentes no novo constitucionalismo latino-americano.

Ludwig apresentará a relação entre teorias críticas do direito e a filosofia da libertação de Enrique Dussel; Pazello discorrerá sobre a relação entre as teorias críticas da colonialidade do poder e as teorias da dependência na América Latina, em especial a partir de Anibal Quijano; Bley abordará a relação entre colonialidade do saber e educação para os direitos humanos, conforme a crítica gnosiológica de Walter Mignolo; Franzoni estabelecerá os pressupostos epistemológicos da crítica à razão utópica de Franz Hinkelammert; Pereira analisará as teorias críticas latino-americanas sob o foco do marxismo de Atilio Borón.

RESUMOS APROVADOS

INDÚSTRIA CULTURA, TRABALHO DOCENTE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE (autor(es/as): Everson Araujo Nauroski).

EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO EM SOCIEDADES EM TRANSIÇÃO (autor(es/as): Fernando Pedrão)



PROJETO BEM DA TERRA: LIMITES E POSSIBILIDADES

Cristine Krüger Garcias
Assistente Social -Técnica do NESIC/UCPEL
Mestranda em Política Social/UCPEL
cristine_garcias@yahoo.com.br

Renato Della Vechia
Dr. Ciência Política/PPG Pol. Social/UCPEL
Coordenador NESIC/UCPEL
rdellavechia@gmail.com

RESUMO

Este trabalho analisa o projeto “Bem da Terra – comércio justo e solidário” desenvolvido pelo Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas (NESIC/UCPEL) desde o ano de 2007, quando ocorreram as primeiras discussões junto aos empreendimentos incubados sobre a temática da comercialização de produtos da Economia Solidária. Como base nas atividades do processo de incubação desenvolvido pela equipe do NESIC, relatamos aqui a experiência de lutar pelo desenvolvimento da Economia Solidária em nível regional, através da perspectiva de materialização de uma rede de comercialização formada por empreendimentos econômicos e solidários. Destacamos os avanços, bem como as dificuldades encontradas nesta caminhada, entendendo que este projeto compreende um poder de transformação, de luta pelo desenvolvimento de um movimento maior, que propõe outro modo de produzir, comercializar, consumir e se relacionar.

APRESENTAÇÃO

Em mais de 20 anos de luta e trabalho, a Economia Solidária no Brasil vem ganhando espaço nas mesas de discussão dos governos e junto aos movimentos sociais. Teve avanços importantes como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES - e do Conselho Nacional de Economia Solidária, além da iniciativa de mapeamento da Economia Solidária no Brasil. No que diz respeito aos governos estaduais e municipais, já houve a constituição de inúmeros departamentos específicos, bem como secretarias, sendo que no Rio Grande do Sul foi constituído o Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária no interior da Secretaria de Economia



Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa - SESAMPE. Também são campos de discussão e elaboração de ações que tem em vista a promoção da Economia Solidária os Fóruns microrregionais, estaduais e nacional de Economia Popular e Solidária, sendo estes espaços de forte atuação dos protagonistas da Economia Solidária, os próprios trabalhadores. Ainda assim, o movimento necessita superar diversos obstáculos para seu fortalecimento e efetivação de uma Política Nacional de Economia Solidária que simbolizará o reconhecimento da forma organizativa do trabalho associado baseada na Economia Solidária (FBES, 2011), dentre eles sua fragmentação e a pouca visibilidade dentro das agendas dos governos, sendo tratada ainda em muitos casos como pauta secundária.

O desenvolvimento da Economia Solidária na região Sul do país não é recente, corresponde à luta de muitos anos de mobilização de diversos atores sociais, de grupos informais, associações e cooperativas, e também de entidades apoiadoras como as universidades, a Cáritas, sindicatos e prefeituras. O mapeamento realizado pela SENAES no ano de 2005 demonstrou que o Rio Grande do Sul é o estado com maior número de empreendimentos econômicos solidários do Brasil, com 2.085 mapeados. Na região sul do RS a experiência do projeto Bem da Terra – comércio justo e solidário apresenta-se hoje como referência no que se refere à comercialização de produtos da Economia Solidária.

Esta experiência demonstra que a superação de obstáculos e o avanço na proposta de desenvolver a Economia Solidária como outro modelo de produção é viável, apesar de não ser simples. Diversos são os problemas enfrentados pelos empreendimentos, e diversas também são as alternativas encontradas pelos trabalhadores que veem na Economia Solidária não apenas uma alternativa ao desemprego, mas um modo diferente de se relacionar com o próximo e com o meio ambiente. São estes “irredutíveis” que nos mostram que é possível cooperar no trabalho, incentivar-se mutuamente na dificuldade, investir sem esquecer de ser solidário (DEMOUSTIER, 2006), enfim, fazer da Economia Solidária um outro modo de viver.

OUTRA ECONOMIA JÁ ACONTECE

Ao longo da história, se inicialmente a Economia Solidária apresentava-se unicamente como uma alternativa ao desemprego, o sonho de mudar de vida, a recusa ao



modelo competitivo e desigual ao qual estão submetidos e o desejo de transformar o mundo à sua volta são hoje o motor da Economia Solidária.

Gaiger (2003) afirma que:

A economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento (GAIGER, 2003, p.194).

Porém, a mobilização e o esforço de um número cada vez maior de envolvidos sejam eles trabalhadores, militantes ou intelectuais, para responder às transformações ocorridas no mundo do trabalho demonstram a força que a Economia Solidária vem adquirindo nos últimos anos. No Brasil foram contabilizados 14.954 empreendimentos de economia solidária (EES) espalhados em 2.274 municípios do Brasil, correspondendo a 41% dos municípios brasileiros (ATLAS, 2006), ainda assim são muitos os entraves para a expansão da Economia Solidária no Brasil. As dificuldades são diversas, primeiramente devido ao fato de que em um EES os trabalhadores são responsáveis não somente pela sua produção, mas na organização do empreendimento, bem como na sua administração. O próprio modo de organização dos empreendimentos pode ser um obstáculo para sua consolidação devido sua proposta de inclusão social através do trabalho, por exemplo, uma vez que somente “é possível quando ocorre a combinação da cooperação, da autogestão e da solidariedade na realização de atividades econômicas” (ATLAS, 2006, p.59). Incorporar simultaneamente estes princípios, e exercitá-los cotidianamente no interior dos empreendimentos se apresenta como um exercício diário, que não produz resultados imediatos, mas que também não paralisa o desejo de mudança destes trabalhadores.

Após mais de 20 anos de caminhada, o que se observa é que a Economia Solidária não é apenas uma opção para a população mais empobrecida, mas um movimento que avança e faz avançar uma sociedade inteira, na perspectiva da transformação social.

[...] a economia solidária já firmou sua identidade e por causa disso está em condições de se estruturar, em nível local, regional e nacional. A construção dum modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo, mas passos cruciais já foram dados, etapas vitais foram vencidas. Suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população. Mesmo assim, não há como olvidar que dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do auto-respeito e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na economia solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo. (SINGER, 2002, p.37).



Mesmo com identidade firmada e estruturada, obstáculos vencidos, o movimento da Economia Solidária ainda ocupa uma dimensão modesta frente ao modo de produção e de relação vigente. Esta identidade conquistada caracteriza a Economia Solidária como um outro modelo de produção possível, e já existente, por exemplo o projeto Bem da Terra.

COMO NASCEU O “BEM DA TERRA – COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO”

A Economia Solidária é uma forma diferente de organização, produção, distribuição e consumo. Tem como objetivo uma prática de integração entre o desenvolvimento econômico, cultural e social dos trabalhadores, rompendo com a lógica da competição e da busca pelo lucro presentes no cotidiano da sociedade capitalista. Na região sul do Rio Grande do Sul, o movimento da Economia Solidária ganha forças através da luta pela consolidação da Rede de Comercialização Bem da Terra – comércio justo e solidário.

Localizado na região sul do Rio Grande do Sul, o município de Pelotas tem uma população de 328.275 habitantes (IBGE, 2012) e o motor da sua economia, que em sua fundação foram as charqueadas e após baseava-se na indústria, é hoje basicamente a área de serviços. Neste contexto, com o passar dos anos e com a crescente taxa de desemprego, muitos trabalhadores pelotenses começaram a buscar na Economia Solidária uma oportunidade de geração de renda.

Na década de 90, com o apoio da Cáritas e das universidades locais, buscando organizar os diversos empreendimentos que se formavam de forma desarticulada e sem uma orientação mais coesa, foi fundado o Fórum Microrregional de Economia Popular Solidária de Pelotas. Este se configura como um espaço de articulação dos trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários, com vistas a fomentar as discussões acerca da Economia Solidária na região. Neste fórum reúnem-se mensalmente os trabalhadores dos empreendimentos e as entidades de apoio para discutir os caminhos, as possibilidades e os rumos de seu trabalho. Articulado ao Fórum Microrregional, outro espaço de articulação da força e mobilização dos trabalhadores da Economia Solidária da região é a Associação Bem da Terra – Comércio Justo e Solidário.

A história do “Bem da Terra” teve início no município de Pelotas, em outubro de 2007 com um projeto de pesquisa que mais tarde vinculou-se ao trabalho desenvolvido



pelo Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC/UCPEL), projeto de extensão da Universidade Católica de Pelotas que tem por objetivo dar apoio e fomento à consolidação e ao exercício da Economia Solidária. O trabalho desenvolvido pelo NESIC/UCPEL tem como princípio a potencialização dos empreendimentos econômicos solidários, através de uma metodologia que oportuniza a troca de saberes acadêmico e popular, levando em conta as especificidades de cada grupo e buscando a produção conjunta de um conhecimento crítico e transformador. Desta forma, alguns dos grupos que foram incubados pelo NESIC/UCPEL desenvolveram suas técnicas, aperfeiçoaram sua produção, desenvolveram-se, adquiriram confiança, porém ainda enfrentavam o problema da pouca visibilidade e espaços para apresentar e ofertar seus produtos. Normalmente participavam de feiras tradicionais na cidade, junto a produtores individuais e em raros casos tinham um espaço próprio para este fim. Neste sentido, foi fomentada entre os trabalhadores a discussão sobre a dificuldade de comercialização dos produtos advindos de empreendimentos econômicos solidários, questão esta que perpassava o cotidiano de todos eles, configurando-se como um dos principais gargalos da Economia Solidária.

Ocorreram várias reuniões entre os trabalhadores, onde era abordada a questão da comercialização, bem como outras problemáticas que se apresentaram durante o desenvolvimento do trabalho junto aos empreendimentos, como a falta de oportunidade de acesso a financiamentos para a aquisição de equipamentos e a inexistência de um capital inicial para investimentos na qualificação da produção. Estes diversos encontros tinham como objetivo problematizar estes temas, por isso reuniram, além dos empreendimentos incubados pelo NESIC/UCPEL, outros diversos empreendimentos econômicos solidários da região que presenciavam a mesma realidade. Desta forma os trabalhadores observaram que assim como se uniam para produzir, poderiam cooperar de forma a viabilizar uma mais ampla oferta seus produtos, fortalecendo não só os próprios empreendimentos, como também a Economia Solidária da região.

Daí surgiu a definição de que os empreendimentos de Pelotas e região deveriam unir-se em uma associação de empreendimentos para viabilizar a comercialização, bem como para a constituição de uma rede integrada de formação e qualificação para a Economia Solidária e o consumo consciente. Foi então que em 25 de setembro de 2009 ocorreu a formalização da Associação Bem da Terra – comércio justo e solidário, que já contava desde 2007 com o apoio do NESIC/UCPEL, do Fórum Microrregional de Economia Solidária e da Associação Cultural Rádio Com. Cabe salientar que a decisão



pela composição da associação, bem como posteriormente o processo de elaboração de estatuto foi todo acompanhado pelo NESIC/UCPEL na perspectiva de dar o apoio e os subsídios necessários, resguardando a autonomia de escolha dos trabalhadores.

O estatuto da Associação Bem da Terra originou-se de um delicado processo de reflexão sobre os modos de organização conjunta dos empreendimentos e, por este motivo, apresenta diversas particularidades. Exemplo disso é a existência de cinco categorias de associados, previstas no Art.9º, de acordo com suas características específicas e objetivos de pertencimento à Associação. São elas:

I – associados-empreendimentos categoria 1 – compreendendo as pessoas jurídicas de direito privado, vinculadas à economia solidária, como cooperativas e associações, ou ainda as pessoas físicas que representam coletivos de economia solidária, que sejam admitidos como tal pela Assembleia Geral, e cujo número próprio de sócios ou afiliados não exceda a 20 (vinte) pessoas;

II – associados-empreendimentos categoria 2 – compreendendo as pessoas jurídicas de direito privado, vinculadas à economia solidária, como cooperativas e associações, ou ainda as pessoas físicas que representam coletivos de economia solidária, que sejam admitidos como tal pela Assembleia Geral, e cujo número próprio de sócios ou afiliados esteja compreendido entre 21 (vinte e uma) e 100 (cem) pessoas;

III – associados-empreendimentos categoria 3 – compreendendo as pessoas jurídicas de direito privado, vinculadas à economia solidária, como cooperativas e associações, ou ainda as pessoas físicas que representam coletivos de economia solidária, que sejam admitidos como tal pela Assembleia Geral, e cujo número próprio de sócios ou afiliados exceda a 100 (cem) pessoas;

IV – associados-trabalhadores – compreendendo as pessoas físicas que estejam vinculadas diretamente a iniciativas próprias da Associação e que sejam admitidas como tal pela Assembleia Geral;

V – associados-apoiadores – compreendendo as pessoas jurídicas que realizem atividades de apoio à economia solidária, tais como entidades de ensino e/ou pesquisa, organizações não-governamentais, órgãos públicos etc., e que sejam assim admitidas como tal pela Assembleia Geral.

Outra peculiaridade se refere à participação dos trabalhadores nas Assembleias. No Art. 15º está previsto que o associado que deixar de comparecer, com ou sem justificativa, a três Assembleias Gerais consecutivas, ficará privado de voto na Assembleia Geral subsequente, à qual estará igualmente obrigado a comparecer. O Não comparecimento consecutivo a quatro assembleias gerais, automaticamente suspende os direitos de associado e somente poderá recuperá-los encaminhando a uma nova Assembleia Geral uma requisição de reativação, acompanhada de uma justificativa de suas faltas.

Estas e outras questões presentes neste estatuto foram definidas com base na leitura de outros estatutos já existentes, confrontadas com as necessidades e objetivos da Associação Bem da Terra.

Atualmente, a Associação Bem da Terra é composta por 22 empreendimentos urbanos e rurais de Economia Solidária dos municípios de Pelotas, Canguçu, Piratini, Pedras Altas e Morro Redondo, que ofertam uma diversidade de produtos como artesanato, hortifrutigranjeiros, pães, bolos, laticínios e confecção. São eles:

NOME DO EMPREENDIMENTO	PRINCIPAIS PRODUTOS
Cooperativa Teia Ecológica LTDA.	Bolos, pães, tortas, biscoitos – doces e salgados, feitos com produtos totalmente orgânicos.
Terra Florida	Plantas e flores ornamentais, cultivadas sem utilização de adubos químicos.
RETRATE	Artesanato em material reciclado – blocos de anotação, marcador de página, costura e artesanato.
COOPAVA	Hortifrutigranjeiros
Grupo Esperança	Artesanato em tricô e crochê.
COOPRESSUL	Artesanato em geral, costura.
Grupo Esperança Rural – MMTR	Hortifrutigranjeiros, biscoitos, geleias.
Sítio Maritá	Artesanato em lã, temperos, ervas medicinais.
Loja da Solidariedade	Costura.
Grupo Lixo que Vira Luxo	Artesanato em papel reciclado.
Grupo Cidadania e Vida	Sabonete e sabão ecológico, costura.
Sítio Amoreza	Artesanato, biscoitos, geleias.
Coletivo Tranca Rua	Artigos de material reciclado, <i>fanzines</i> .
Sabor e Arte	Pães, cucas, merenginhos.

Queijaria Mãe Natureza	Queijos, iogurte, torresmo.
Grupo Nossa Senhora Aparecida	Artesanato em tecido.
COOPAL	Laticínios.
Grupo Multimãos	Artesanato, costura.
Grupo Mãos que Criam	Artesanato
Grupo Beneficente União do Py Crespo	Bolos, tortas salgadas.
Grupo Novo Amanhecer	Confecção em tricô e costura.
Grupo Cia. da Arte	Artigos em tricô, crochê e costura.

Muitos destes grupos participaram das discussões anteriores à fundação da Associação em 2009 e outros se agregaram à proposta de comercialização conjunta com o passar dos anos. No primeiro semestre deste ano outros grupos solicitaram ingresso na Associação e aguardam a realização da próxima assembleia geral para a admissão formal.

Depois de formalizada, a primeira experiência de comercialização conjunta dos empreendimentos da Associação Bem da Terra, ocorreu em 09 de março de 2010 através da Feira Mensal de Economia Solidária Bem da Terra. Desde então, todas as segundas terças-feiras de cada mês, em frente ao campus I da Universidade Católica de Pelotas, com a assessoria do NESIC/UCPEL, o apoio da Universidade que cede o espaço físico e do Fórum Microrregional de Economia Solidária que empresta algumas tendas, os grupos se encontram para expor seus produtos, fomentar o consumo consciente e exercitar o comércio justo e solidário.

A cartilha Faces do Brasil traz a seguinte definição de comércio justo e solidário:

O fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais que resulte no protagonismo dos Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) por meio da participação ativa e do reconhecimento da sua autonomia (Faces do Brasil, 2012, p.4).

E é desta forma que a Associação Bem da Terra organiza suas ações, valorizando a autonomia dos grupos e respeitando os produtores bem como os consumidores.

Até junho de 2012 já aconteceram 23 edições da Feira, onde cerca de 20 empreendimentos expõem seus produtos à população no entorno da Universidade. A participação nesta feira é regulada por um regimento interno, elaborado pelos



trabalhadores, com o auxílio do NESIC/UCPEL, que define os horários de funcionamento das bancas, a localização espacial das tendas, a estrutura de responsabilidade de cada grupo e a contribuição deixada para a Associação sobre as vendas de cada empreendimento, entre outras coisas.

Algo interessante de ser destacado sobre esta contribuição, 5% sobre do total das vendas para aquisição de banners, faixas e panfletos de divulgação da Feira Mensal, crachás de identificação e outros gastos eventuais, é que foi estipulado pelos trabalhadores que os empreendimentos de fora de Pelotas que vem participar das reuniões de planejamento e formação, que acontecem na semana seguinte à realização da feira, onde também ocorre a avaliação da realização da feira, não necessitam contribuir, uma vez que tem um gasto maior com deslocamento. Este fato demonstra que a Associação Bem da Terra, além de ter por objetivo a comercialização conjunta, também valoriza a participação e o comprometimento dos empreendimentos nos espaços de discussão e fomento às ações para o desenvolvimento amplo da Economia Solidária, do comércio justo e do consumo consciente, uma vez que entendemos que uma simples soma de iniciativas não produz automaticamente o desenvolvimento local, o motor deste desenvolvimento são as mobilizações geradas a partir da cooperação, “o encorajamento à criação de novas atividades em vez de apenas o crescimento interno, a produção de efeitos de mútuo crescimento” (DEMOUSTIER, 2006, p.118).

Seguindo a caminhada em busca de espaços de divulgação da proposta e dos princípios da Economia Solidária na região, a Associação Bem da Terra sentiu a necessidade de uma alternativa que fosse além da participação em feiras e eventos, pois apesar de reconhecida sua importância, estas não dão conta efetivamente do gargalo da comercialização. Desta forma surgiu a proposta de formação de uma rede de comercialização de produtos da Economia Solidária, implementando pontos fixos para o comércio de produtos saudáveis, sustentáveis e de qualidade, gerida pelos próprios trabalhadores dos empreendimentos. Para elaborar como seria a formatação desta rede estudou-se os casos de “El galpón” na Argentina, Projeto Esperança/Cooesperança de Santa Maria/RS, “Eroski” na Espanha as lojas Mundo Paralelo em Porto Alegre/RS. Foram detalhados os modos de organização dos trabalhadores destas iniciativas, a relação que tinham com o empreendimento e as suas expectativas. Os associados do “Bem da Terra” reuniram-se diversas vezes para discutir qual seria o modelo de empreendimento que adotariam para dar início à rede de comercialização, e após verificar vantagens e desvantagens de cada exemplo estudado decidiram por criar uma outra



modalidade, que mesclasse o que de melhor tinham conhecido, mas que desse conta das suas expectativas e particularidades.

Partindo desta ideia foi inaugurado em 04 de junho de 2011, na cidade de Piratini, o Armazém Bem da Terra, primeiro ponto permanente da Rede Regional de Comercialização Bem da Terra: comércio justo e solidário. Este empreendimento, devido à questão jurídica foi implementado como uma micro empresa, na qual os trabalhadores do armazém são proprietários, juntamente com a Associação Bem da Terra. A localidade foi pioneira devido à parceria firmada junto a Prefeitura Municipal e à articulação da Casa da Acolhida Mãe Gestante, através da presença de uma Irmã de Caridade comprometida com o ideal da Economia Solidária.

Desta forma foi dado o primeiro grande passo para a materialização da Rede Regional Bem da Terra, com o propósito de desenvolver o comércio justo e solidário, onde a perspectiva é de crescimento conjunto dos empreendimentos, a valorização do trabalho dos produtores e o fortalecimento da proposta do consumo responsável. Mas como um armazém não configura uma rede, consta na perspectiva do “Bem da Terra” a possibilidade de abertura de novos armazéns nas cidades de Pelotas ainda este ano, bem como em Rio Grande e São Lourenço do Sul.

Como a vontade de crescer e levar a Economia Solidária a todos os lugares possíveis não para por aí. O “Bem da Terra”, em parceria com a Universidade Federal de Pelotas através do TECSOL/UFPEL (Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária), desenvolveu um sítio *web* (<http://bemdaterra.org>), onde os interessados podem conhecer sua história, proposta e os produtos. Futuramente junto a este sítio *web* deve ser implantado um sistema de comercialização on-line, projeto este que está em processo de desenvolvimento e deve ser colocado à disposição da população em breve.

NESIC/UCPEL: O NINHO DO “BEM DA TERRA”

O acompanhamento do desenvolvimento da Economia Solidária na região sul do RS através da Associação Bem da Terra e da sua rede de comercialização se deu a partir do processo de incubação realizado pelo Núcleo de Economia Solidária e incubação de cooperativas (NESIC/UCPEL). O processo de incubação em economia solidária dentro da



UCPEL já existe a mais de 10 anos, inicialmente através da vinculação de alguns professores à Rede Unitrabalho e posteriormente através da INTECOOP/UCPEL (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/UCPEL) e sua vinculação à Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs).

Mesmo passando por alguns processos de reformulação, em seu tempo total de existência, a incubadora já acompanhou individualmente mais de 20 empreendimentos de Economia Solidária de Pelotas e da região, dos diferentes campos produtivos, desde grupos de alimentação e artesanato, até empreendimentos de catadores de materiais recicláveis. O NESIC/UCPEL também desenvolve dois grandes projetos, o “Bem da Terra”, tema deste artigo, e um projeto de consolidação de uma rede regional de empreendimentos de coleta e seleção de resíduos sólidos.

A metodologia utilizada para a realização das atividades pelo NESIC/UCPEL junto aos EES, através do processo de incubação é antes de tudo um processo pedagógico formativo de troca e interação, que permite apoiar a formação e consolidação de empreendimentos de economia solidária, com a viabilização de mecanismos para a sua organização. Além disso, através do processo de incubação, princípios de solidariedade, cooperação, participação entre outros são abordados sistematicamente junto aos empreendimentos, podendo ser observados em seu interior as transformações derivadas do processo de incubação, tendo como base principal a autogestão. Como indica Singer (2002), praticar a autogestão exige que os trabalhadores de EES além de cumprir as tarefas de seu cargo eles devem envolver-se com os problemas gerais do empreendimento. Por este motivo é que as oficinas e atividades formativas do processo de incubação são desenvolvidas com o coletivo e as decisões sobre o empreendimento tomadas em assembleias.

Com referência específica ao projeto “Bem da Terra”, o trabalho teve início através do projeto de pesquisa de um professor então vinculado à UCPEL que, a partir do trabalho articulado aos EES, problematizou algumas questões referentes ao cotidiano destes empreendimentos e lançou a ideia de constituição de um local de comercialização exclusivo de produtos provenientes da Economia Solidária. Com a abertura de um edital pela Petrobrás e de um debate realizado dentro do NESIC, idealizou-se a elaboração de um projeto que não ficasse nos limites do município, mas que abarcasse a região. Embora aprovado, este projeto não ficou classificado entre os primeiros lugares (mais de 5 mil projetos disputando), o que inviabilizou naquele momento sua realização. No



entanto, o processo de discussão com os grupos de economia solidária da região sobre a elaboração da proposta, criou uma expectativa positiva em relação à materialização de tal espaço. A partir dessa expectativa, mesmo que sem financiamento específico para o projeto e sem recurso para a implantação dos pontos de comercialização, o NESIC/UCPEL comprometeu-se com a tentativa de buscar a viabilidade do projeto com apoios menores, basicamente das universidades e prefeituras da região.

A ideia inicial foi a criação de pontos de comercialização nos municípios de Pelotas, Rio Grande, São Lourenço do Sul, Canguçu, Santa Vitória do Palmar e Piratini. Dois fatores determinaram essas opções: tamanho do município e existência de grupos de economia solidária em atuação nestas localidades. Então, vinculando às diversas atividades de incubação do NESIC/UCPEL, foi sendo desenvolvida a proposta de materialização de uma Rede de comercialização, em 2009 foi fundada a Associação Bem da Terra e em 2010 ocorreu a primeira edição da Feira Mensal Bem da Terra junto às dependências da Universidade e no ano seguinte a inauguração do Armazém Bem da Terra em Piratini. Em todos estes momentos a equipe de trabalho do NESIC/UCPEL está presente, prestando o suporte necessário. A sistemática de reuniões e assembleias fazem parte da dinâmica da Associação, e o NESIC/UCPEL enquanto entidade de apoio se faz sempre presente. Além destes momentos, o NESIC/UCPEL também proporciona atividades com os trabalhadores dos empreendimentos com a finalidade de realizar oficinas de formação, cursos e ações para o desenvolvimento de conhecimento teórico e prático.

UM BALANÇO DA REALIDADE: O RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Diferentemente do que muitos imaginam, talvez seja nas derrotas e/ou nos momentos de crise dos empreendimentos de Economia Solidária que podemos tirar lições importantes. Participar de uma incubadora que tem como objetivo assessorar empreendimentos desse tipo exige a capacidade de absorver frustrações e aprender com elas. Afinal, da mesma forma que os pequenos empreendimentos individuais em geral apresentam uma taxa de insucesso de até 90% em dois anos, essa realidade não seria diferente apenas pelo fato de que a Economia Solidária trabalha coletivamente.

Analisar com cuidado os diversos aspectos (positivos e negativos) presentes no processo de organização é, portanto, fundamental para diminuir erros futuros possíveis de



serem identificados. Da mesma forma que experiências anteriores contribuíram com as atuais, as que estamos desenvolvendo nesse momento (e aqui nos referimos especificamente ao Bem da Terra), desde que bem sistematizadas, tenderão a contribuir com o futuro. Existem alguns fatores nos quais podemos interferir de forma imediata e impactante, bem como outros em que a nossa intervenção é quase nula por depender de variáveis não controladas por nós. No entanto, todas devem ser identificadas, analisadas e se possível, trabalhadas para diminuir os impactos negativos.

Apontamos inicialmente um fator comum a diversos empreendimentos: a qualificação dos produtos. No trabalho junto aos empreendimentos, através das oficinas são abordadas questões referentes à qualidade, apresentação e à viabilidade dos produtos comercializados pelos empreendimentos de Economia Solidária. Ainda assim, observamos certa resistência e até mesmo a falta de percepção da necessidade de que estes produtos mesmo que artesanais, devem ter a qualidade e o atrativo diferencial para que no momento da comercialização se destaque entre os produtos convencionais. Compreendemos que em muitas situações são necessários investimentos que os empreendimentos não possuem, porém o uso de tecnologias alternativas para a qualificação da produção viabilizariam algumas das melhorias necessárias. Também é possível observar esta resistência devido ao fato de que estamos, no entendimento dos trabalhadores, por vezes questionando o “saber-fazer” deles, e que algumas mudanças, como a adequação de “o que produzir” a partir da demanda de consumo estaria descaracterizando a proposta de seu empreendimento.

Mais um fator que se faz diferencia na comercialização de produtos de Economia Solidária são os produtos de alimentação, e de hortifrutigranjeiros orgânicos em especial. Tanto na experiência através da Feira Mensal, quanto no Armazém Bem da Terra de Piratini é fato que a oferta de hortaliças, legumes e vegetais atrai um público maior e tem comercialização garantida. A realidade mais recente da região é que o longo período de estiagem prejudicou a produção destes produtos, o que reflete na pouca participação destes empreendimentos na feira e no fornecimento para o Armazém.

Passamos agora à dificuldade enfrentada durante nossa caminhada quanto ao relacionamento e cooperação entre iniciativas que aparentemente buscam os mesmos objetivos e que inicialmente se faziam parceiras na proposta de implementação do “Bem da Terra”, porém por motivos obscuros que até hoje não foram bem elucidados, cortaram relações com a Associação Bem da Terra, afastando-se deste projeto. Ao nosso



entendimento, estes seriam parceiros de peso na busca por apoio ao desenvolvimento não apenas da Rede Bem da Terra, mas do próprio movimento Economia Solidária, entretanto continuam fazendo estas lutas em separado.

De qualquer forma, decorridos alguns anos das primeiras reuniões que deram início ao processo de materialização da Rede Bem da Terra enquanto proposta para rebater o gargalo da comercialização de produtos da Economia Solidária, o que se pode constatar é que houve um grande avanço no que se refere à possibilidade de distribuição da produção dos empreendimentos, bem como da divulgação da proposta de consumo consciente. Neste sentido, um ponto fixo de comercialização representa a possibilidade de disseminação do ideal da Economia Solidária de uma maneira mais efetiva do que as feiras mensais, que alcançam populações mais dispersas, curiosas, porém menos comprometidas com a proposta. Ainda assim, as dificuldades que se apresentam para a expansão da Rede Bem da Terra, sejam devido à falta de incentivo mais efetivo de órgãos públicos ou pela dificuldade de acessar investimentos que impulsionem seu desenvolvimento, se fazem presentes no cotidiano da Associação.

Um fator que influencia no pleno crescimento da proposta do “Bem da Terra” é assegurar a participação dos trabalhadores, que em muitos momentos encontram-se temerosos e desmotivados a dar passos mais ousados na busca pelo desenvolvimento Rede de Comercialização Bem da Terra. Isso talvez devido à morosidade de todo o processo, fundamentalmente por questões relacionadas à dinâmica dos grupos e por problemas burocráticos. O processo de definição de um primeiro ponto fixo de comercialização, das regras internas, de seu regimento, os aspectos jurídicos, a escolha da razão social, a definição de como gerenciar produtos de origens diversas e conteúdos também diferenciados, levou aproximadamente dois anos de convivência e debates. Talvez se todo este processo tivesse sido apressado pela incubadora, teríamos um resultado mais imediato, porém certamente teríamos perdido muito da qualidade existente hoje. Finalizada esta etapa, passou-se para a burocracia: levar para cartório, aprovar estatuto, encaminhar para Junta comercial, esperar licença da Secretaria de saúde/Vigilância Sanitária, instalar um equipamento específico para nota fiscal eletrônica, enfim... Para cada uma destas atividades, devido ao pouco conhecimento acumulado até então, tivemos de refazê-las por mais de uma vez e sempre tendo que aguardar alguns dias para as respostas.



Indo adiante na análise, centraremos a partir de agora as questões relativas especificamente no Armazém Bem da Terra de Piratini, como sendo o único ponto fixo de comercialização em funcionamento, mas que invariavelmente refletirão na implementação dos demais. Mesmo sabedores de que alguns dos problemas colocados poderão ser minimizados, uma vez que este é um projeto regional e passa por um processo de ampliação dos espaços possíveis de comercializar. Mas por ora ressaltaremos a realidade do “Bem da Terra” no município de Piratini.

Embora pequeno Piratini é um dos municípios mais antigos do Rio Grande do Sul. Os primeiros militares que lá chegaram data de 1777 e a primeira povoação de 1789 com a chegada de 48 casais provenientes da Ilha de Açores, os quais constituíram o “Capão Grande de Piratinim”, embora a criação oficial date de 1830. Seu surgimento coincide aproximadamente com o do município de Pelotas, porém enquanto este possui hoje uma população aproximada de 350,000 habitantes, Piratini beira aos 20.000, observando-se ainda que boa parte vive na área rural. Outras características tornam o município frágil se comparado à média do estado. Possui uma densidade habitacional de 5,8 habitantes por quilometro quadrado (dados de 2006) e uma taxa de analfabetismo de 15,59 (dados de 2000), números típicos de região de latifúndio, pouco povoada, com altíssima concentração de renda e baixo índice de indicadores sociais e culturais.

Estes números também apontam, por consequência, um baixo capital social, ou seja, uma dificuldade de agregação de interesses e mobilização social. Assim sendo, podemos identificar alguns limites a este tipo de iniciativa, levando em conta que o “Bem da Terra” é um empreendimento que possui um nicho de mercado bem definido: produtos originários da Economia Solidária e boa parte dos alimentos são orgânicos, embora não exclusivamente. Ora, tanto produtos orgânicos como originários da Economia Solidária em geral possuem um preço um pouco superior aos produzidos de forma convencional, seja por uma questão de logística ou escala, seja pela maior dificuldade de obtenção de produtos orgânicos.

Um empreendimento que trabalha com um nicho de mercado tão específico como o “Bem da Terra”, em que os preços são um pouco acima do mercado tradicional, tende a ter dificuldades na medida em que a população do município é pequena e de baixa renda. Outro fator presente na realidade de Piratini é a falta de uma preocupação com a sustentabilidade ou com o consumo de produtos de origem orgânica. Sabemos que a preocupação com a questão ambiental e tipo de consumo é sempre maior em centros



urbanos maiores, onde a qualidade do ar, da água e de vida também são questões mais presentes. Pequenos municípios, como Piratini, onde a vida rural é que predomina, tendem a ter uma menor preocupação, principalmente devido ao tipo de vida existente, pouquíssimas pessoas moram em apartamentos, quase todos vivem em casas com pátios, onde produzem parte de seus alimentos, frutas, sucos, etc.

O projeto “Bem da Terra” foi pensado enquanto proposta regional, porém ainda hoje não alcançou essa condição. De forma geral, os principais elementos determinantes da lógica do comércio em um ambiente de competitividade estão presentes na condição de problemas a serem equacionados ou minimizados. Podemos ressaltar em primeiro lugar a questão da escala. Empresas que produzem em alta quantidade podem baixar seu preço de venda e sempre encontrarão compradores. Por outro lado, quando mais artesanal o processo de produção seja, quanto menor a tecnologia empregada, maior o peso da mão de obra no custo final e mais caro será o produto final. Praticamente todas as iniciativas de Economia Solidária que hoje existem no país, com raras exceções, estão dentro daquilo que podemos denominar de economia popular, com baixo capital e baixa tecnologia, logo uma baixa escala de produção. Os empreendimentos do “Bem da Terra” em síntese estão nesta condição, a baixa escala de produção decorrente de falta de capital de giro e falta de tecnologia adequada.

A existência de um único ponto de comercialização e vendas em feiras esporádicas, também gerou a dificuldade da logística. Como alguns produtos são originários de outras regiões, e alguns inclusive de outros estados, o custo de transporte, a pequena quantidade de produtos (escala) e a dificuldade de vender em prazo hábil (prazo de validade do produto), encarecem ainda mais o produto ao final. Assim, a dificuldade presente no cotidiano do projeto “Bem da Terra” refere-se à dificuldade de efetuar compras com quantidade e diversidade significativas, principalmente enquanto inaugurado apenas um ponto de comercialização. Primeiramente, devido ao pequeno capital de investimento que o armazém possui o que dificulta compras em maiores quantidades (o que levaria ao menor preço) e diversidade, e, além disso, devido ao perfil da população do município, que está em processo de aproximação da proposta da Economia Solidária e do consumo consciente e por isso não representa um público fiel.

A existência de uma padaria junto ao “Bem da Terra” em Piratini é um fator determinante na viabilidade do empreendimento, uma vez que mais da metade da renda hoje provém da venda dos produtos de panificação. Não podemos garantir que o mesmo



irá acontecer em outros municípios, pois no caso em questão a mesma já existia enquanto empreendimento e era reconhecida no município pela qualidade dos produtos. Isto serve de base e aponta para a necessidade de outras estratégias nos demais pontos fixos de comercialização que virão a ser inaugurados pela Rede Bem da Terra.

Afora questões mais relacionadas ao mercado, O “Bem da Terra” ainda enfrenta outras dificuldades. Para dar início às atividades de comercialização foi cedido pela UCPEL em forma de comodato ao Armazém de Piratini uma máquina impressora de cupom fiscal e um computador e para utilizá-los foi necessário fazer um treinamento com os trabalhadores que seriam as responsáveis pelo gerenciamento do empreendimento. Esse treinamento foi feito em dois níveis. O primeiro precisou iniciar do básico, na medida em que não existia domínio de informações centrais, como acessar a internet ou elaborar planilhas. O segundo momento do treinamento foi para o uso do sistema de automação utilizado para venda, bem como o controle de estoque e de fornecedores feitas pelo computador. Passada esta etapa, ainda havia dificuldades em função de que a empresa responsável pelo suporte do sistema de automação estava instalada em Pelotas, a mais de 100 Km de distância do local da comercialização, em Piratini.

Além disso, pouco tempo após o treinamento, em função de pequenos conflitos dentro do grupo, houve a saída de alguns trabalhadores, entre eles a pessoa que havia sido treinada para assumir o gerenciamento. Novos integrantes, novo treinamento, novo período de adaptação. Neste mesmo sentido, verificamos que apesar da existência do compromisso para com a proposta do “Bem da Terra” e da Economia Solidária de maneira geral, ainda é fragilizado o aspecto da formação de lideranças que acrescentem de forma a motivar o grupo de trabalhadores do armazém a adotar uma rotina que vise a ampliação da comercialização.

De maneira geral, após o apanhado de indicadores do desenvolvimento do Projeto Bem da Terra feito, alertamos para a emergente necessidade da inauguração dos demais pontos de comercialização previstos, levando à efetiva implementação da Rede de Comercialização Bem da Terra – comércio justo e solidário, sob pena da não manutenção da existência do atual e único ponto fixo de comercialização em Piratini.

No ano passado a Associação Bem da Terra e o Banco do Brasil, firmaram uma parceria através do desenvolvimento da Estratégia DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável), um conjunto de ações que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável



através do apoio a iniciativas como o “Bem da Terra”, que se desenvolve uma atividade produtiva na perspectiva da cooperação e do respeito social e ambiental. Acreditava-se que ainda em 2011 estaria inaugurado o segundo ponto fixo de comercialização do “Bem da Terra”, algumas reuniões ocorreram, porém até o momento não foi dado andamento neste sentido.

No momento, o que vem dando fôlego aos empreendimentos para prosseguir esta caminhada em busca da materialização da Rede Bem da Terra é a iminente implementação de um sistema virtual de comercialização. Este sistema permitirá que os produtos dos empreendimentos de Economia Solidária do “Bem da Terra”, bem como de fornecedores externos à Associação possam disponibilizar seus produtos via sítio *web* na internet. Este sistema funcionará da seguinte forma: Durante alguns dias da semana a plataforma estará disponível para a composição da cesta de produtos do consumidor, o mesmo faz seu pedido até determinada data e envia à central de processamento. O trabalhador responsável pelos pedidos irá contatar os fornecedores, organizar os produtos e disponibilizá-los aos consumidores em um dia especificado para o pagamento e retirada da cesta no Centro de Distribuição. No momento a Associação já dispõe de um sítio *web* onde os consumidores podem se aproximar da proposta da Economia Solidária e do comércio justo, saber mais sobre a história do “Bem da Terra” e conhecer alguns de seus produtos, porém a plataforma de comercialização está em fase de desenvolvimento.

Recentemente a Associação Bem da Terra, através da assessoria do NESIC/UCPEL elaborou um projeto com o objetivo de levantar fundos para investimento na estrutura da Feira Mensal Bem da Terra e também para aquisição dos equipamentos necessários para a abertura do centro de Distribuição dos produtos comercializados através do sítio *web*. Tal projeto foi apresentado ao Fundo Nacional de Solidariedade – 2012 da Cáritas Brasileira e obteve a aprovação. Neste momento o contrato está para ser assinado e assim que o repasse da verba for realizado os trabalhadores dos empreendimentos vinculados à Associação Bem da Terra estarão mais próximos do seu objetivo, de ampliação dos espaços possíveis para ofertar seus produtos, fomentar o comércio justo e solidário e o consumo consciente.

Outra perspectiva no horizonte da Associação para a efetiva materialização da Rede Bem da Terra é a possibilidade de inaugurar um ponto fixo de comercialização em Pelotas. Apesar de não haver por parte da administração municipal uma clara política de incentivo à Economia Solidária, diversas conversas já foram feitas na intenção de buscar



o apoio da prefeitura deste município para viabilizar um espaço para o “Bem da Terra“. A prefeitura sinalizou em certo momento com a possibilidade de um espaço no Mercado Público Central, que atualmente passa por um longo processo de reforma e restauração e tem a reabertura prevista ainda para o ano de 2012.

ANÁLISES PRELIMINARES: AFINAL, LOUCOS SÃO OS QUE ACREDITAM?

Como Singer (2002) bem explicitou o capitalismo, e seus valores de competição e lucratividade, se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a tomá-lo como algo normal ou natural. Mas a desigualdade não é natural e a Economia Solidária como um modo de produção cujos princípios básicos são contrários aos do capitalismo, está aí para provar que se a economia for solidária em vez de competitiva a desigualdade desaparece e há um resgate da autoestima e da cidadania do trabalhador.

Observamos ao longo dos anos, através da aproximação com a temática da Economia Solidária que algumas iniciativas são apenas farsas. São pequenas empresas com práticas capitalistas mascaradas através da nomeação de cooperativas, que servem para precarizar as relações de trabalho, para acessar algum benefício, deixar de contribuir enquanto empresa etc. Mas também observamos a luta pelo desenvolvimento de um movimento maior, que propõe outro modo de produzir, comercializar, consumir e se relacionar.

E sustentar isto não é fácil. Muitos empreendimentos não chegam a se formalizar, os trabalhadores acabam por desistir em meio à caminhada, pois esperam resultados imediatos, agem como empregados, ou não possuem habilidades para administrar o empreendimento. Os que seguem, ainda enfrentam tantas outras dificuldades, sofrem pela escassez de capital, pela dificuldade de acesso ao mercado e pela concorrência desleal com o mercado convencional. A experiência do projeto Bem da Terra demonstra que levar adiante a proposta da comercialização solidária não é fácil. Ainda assim, apesar das dificuldades enfrentadas para implementação, desenvolvimento e consolidação, o projeto Bem da Terra representa para a região sul do país um grande exemplo de que a Economia Solidária pode avançar, crescer e prosperar através do comércio justo e do trabalho associado.



As incubadoras universitárias de cooperativas populares têm exercido nacionalmente um papel fundamental na consolidação da Economia Solidária enquanto movimento social legítimo. Elas desenvolvem seu trabalho acompanhando a luta dos trabalhadores, fomentando a ampliação dos empreendimentos e apoiando as iniciativas através de formação em diversas áreas. Com o NESIC/UCPEL não poderia ser diferente. Através de uma equipe formada por professores, técnicos e estudantes, esta incubadora trabalha envolvendo a universidade através do ensino, da pesquisa e da extensão universitárias com a temática da Economia Solidária, levando o saber acadêmico à população e o saber popular à universidade.

Assim, acompanhar estas atividades junto aos empreendimentos, acaba possibilitando uma forma de aprendizado para nós da universidade, que além de um crescimento profissional nos proporciona também um crescimento pessoal incalculável. Mesmo que os resultados não venham como esperado, que o tempo dos empreendimentos seja oposto aos da incubadora, ainda assim, não podemos subestimar a capacidade de transformação existente nestas experiências.

Se o “Bem da Terra” hoje é o que é, isto sem dúvida alguma se deve essencialmente aos trabalhadores que dele fazem parte. É um sonho sendo realizado, ainda cheio de obstáculos a ultrapassar, com muitas lutas pela frente, pois nenhuma conquista é eternamente garantida.

Desta forma, finalizamos com o alerta: é vital para a continuidade da proposta do Bem da Terra a consolidação da sua Rede de Comercialização. É emergente a necessidade da abertura dos demais pontos de comercialização previstos, sob pena de inviabilizar a continuidade de funcionamento do único ponto fixo de comercialização em Piratini.

REFERÊNCIAS

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005 (2006). Brasília: MTE.

FACES DO BRASIL (2012) CARTILHA O COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO NO BRASIL Disponível em: < <http://www.facesdobrasil.org.br/cartilha-sncjs.html> >

DEMOUSTIER, Danièle (2006) A Economia Social e Solidária: um novo modo de empreendimento associativo. São Paulo: Loyola.



FBES (2011) FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em:
<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6249&Itemid=62 >

GAIGER, Luiz Inácio (2003) A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. Caderno CRH, nº 39: 181-211.

IBGE (2012) IBGE Cidades. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=431440>>

SINGER, Paul. (2002) Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo.